

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Psicologia

Curso de Psicologia

VICTORIA VARGAS AVILA

**Mães que matam:
Filicídio na Psicanálise**

PORTO ALEGRE

2022

VICTORIA VARGAS AVILA

Mães que matam:
Filicídio na Psicanálise

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em
Psicologia do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Amadeu de Oliveira
Weinmann

PORTO ALEGRE

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

VICTORIA VARGAS AVILA

Mães que matam:
Filicídio na Psicanálise

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em
Psicologia do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Amadeu de Oliveira
Weinmann

Aprovada em: PORTO ALEGRE, 4 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Amadeu de Oliveira Weinmann
(orientador)

Samanta Antoniazzi, Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura
(comentadora)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que participaram de alguma forma da escrita deste trabalho. O apoio de todos que serão citados foi essencial para que eu pudesse levar adiante e finalizar este curso.

Em primeiro lugar, à minha mãe, Simone Vargas, meu pai, Paulo Avila e minha avó, Celita Vargas, que me impulsionaram para conquistar novos horizontes através da Universidade. O apoio inesgotável desde a escolha do curso até a conclusão foi de extrema importância para que o trabalho fosse concluído hoje.

Aos meus colegas desde o início do curso: Bárbara Bosak, João Marques, Jordan Severo e Rosi Siste, agradeço a parceria em diversos momentos críticos da jornada no Instituto de Psicologia.

À minha supervisora de estágio obrigatório, Ivana Mury, que me ensinou como atuar a profissão na clínica. E às colegas que conheci durante essa vivência.

Ao meu orientador, Amadeu Weinmann, que teve a paciência para construir este trabalho comigo, compartilhando seus conhecimentos e experiências no tema.

Aos meus amigos do trabalho, Bárbara Saccomori, Carol Delgado, Eduardo Goulart e Sieli Farias que, além de me perguntarem constantemente como estava a escrita deste trabalho, me ajudaram em momentos importantes.

E ao José Romero, que na data do seu TCC se referiu a mim como sua namorada e hoje, alguns anos depois, me refiro a ele como meu noivo. Fico muito feliz de poder compartilhar esses momentos com uma pessoa tão especial. Este apoio foi o mais importante pois segurou as pontas para que eu pudesse focar na escrita. E aos nossos filhos PETs que atuaram como animais de suporte emocional nessa jornada.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo elucidar o mito do amor materno através do filicídio como conceito psicanalítico. Pensando no filicídio e no mito do amor materno, utilizou-se, especificamente, os crimes de filicídio cometidos pela mãe. Para tal, foi utilizados conceitos de mulher ideal, função materna e o papel da mulher na sociedade. Como forma de ilustrar os conceitos, falou-se do Mito de Medeia, os crimes reais cometidos por Mary Ann Cotton – considerada a primeira serial killer da Inglaterra no século XVIII. Compreendemos a construção do conceito de maternidade ao longo dos séculos até a atualidade. Refletimos, ainda, sobre a função materna e como ela se encaixa no conceito de mulher ideal que foi construído, principalmente a partir da era vitoriana.

Palavras-chave: Maternidade; Mito do Amor Materno; Filicídio; ideal feminino na era vitoriana; Função materna.

ABSTRACT

This work aimed to elucidate the myth of maternal love through filicide as a psychoanalytic concept. Thinking about filicide and the myth of maternal love, we used, specifically, the crimes committed by the mothers against their children. For this, the concept of ideal woman, maternal function and the role of women in society were used. As a way of illustrating the concepts, the Myth of Medeia was mentioned, as were the real crimes committed by Mary Ann Cotton – considered the first serial killer of the 18th century in England. We understand the construction of the concept of motherhood over the centuries to the present. We also reflect on the maternal role and how it fits into the concept of the ideal woman that was built, mainly from the Victorian era.

Keywords: Maternity ; Myth of Maternal Love ; Filicide ; the ideal of women in the Victorian era ; maternal function.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O MITO DE MEDEIA: TRAGÉDIA GREGA DE EURÍPIDES	8
3 O CASO REAL DE MARY ANN COTTON - PRIMEIRA <i>SERIAL KILLER</i> DA INGLATERRA	13
4 UMA ANÁLISE DOS IDEAIS DE FEMINILIDADE NA ERA VITORIANA, O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE ATUAL E COMO SE CONSTITUIU A FUNÇÃO MATERNA E PATERNA.....	21
5 MITO DO AMOR MATERNO	25
6 O FILICÍDIO NA TEORIA PSICANALÍTICA	32
7 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O filicídio, crime no qual a mãe, ou o pai, mata seu próprio filho, é visto, com razão, como um crime bárbaro. Falando especificamente do filicídio cometido pela mãe, vamos analisar dois casos: o Mito de Medeia, tragédia grega escrita por Eurípides, e os crimes reais cometidos por Mary Ann Cotton, considerada a primeira serial killer mulher da Inglaterra contada a partir do livro *Lady Killers* de Tori Telfer.

Para tal análise, utilizaremos os conceitos de mulher ideal na época vitoriana na Inglaterra, da função materna, do papel da mulher na sociedade e o mito do amor materno. Todo o trabalho é baseado na construção da sociedade sobre a mulher e a maternidade, utilizando o mito do instinto materno e da natureza do desejo de ser mãe. O principal objetivo é entender como o papel materno atual se constituiu ao longo dos séculos, principalmente a partir do século XVIII, além de refletir sobre os comportamentos transgressores das mulheres citadas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, trazendo os conceitos que buscamos compreender.

2 O MITO DE MEDEIA: TRAGÉDIA GREGA DE EURÍPIDES

Para iniciar o assunto de filicídio, considero importante trazermos o Mito de Medeia pois trata-se de uma mulher que, traída pelo seu marido, Jasão, opta pelo assassinato dos dois filhos do casal, de modo que ele sofra o máximo possível. Aqui se trata da mãe que age de acordo com suas emoções.

A tragédia de Eurípidés inicia com a notícia de que Jasão, esposo de Medeia, a estava traindo para casar-se com a filha do rei. Medeia, ao saber da notícia, cai em depressão; o homem que a fez trair sua pátria estava a traindo e a desprezando. Após essa descoberta, trazida pelo preceptor, Medeia passa do sentimento de satisfação ao ver seus filhos para o horror de ter que conviver com eles apesar do casamento com seu pai ter chegado ao fim. A ama, da qual Medeia confia, teme que ela cometa suicídio ou opte por matar o rei e Jasão. Medeia, além de ser traída, é expulsa de Corinto junto de seus dois filhos.

A ama tem o papel de cuidar dos filhos de Medeia e Jasão e, por isso, tenta os manter afastados de sua mãe - inclusive pedindo que não se aproximem dela - pois já a viu olhando para eles de maneira feroz. Sobre Jasão, a ama apenas diz para os filhos de Medeia que ele é mau com quem deveria ser bom. Ela também vê Medeia falando perto de seus filhos sobre seu desejo de morrer pois seu coração e sua alma estão inquietos.

O rei Creonte expulsa Medeia de Corinto pois teme que ela faça algo contra ele e sua filha - que deve desposar Jasão. É de conhecimento geral que Medeia conhece mais de uma forma de causar malefícios a quem atravessa seu caminho. O medo do rei não é para menos, Medeia tem como ideia inicial causar três mortes, do rei, da princesa e de Jasão. Ela pondera qual seria a melhor forma de cometer esses três assassinatos pois sabe que, se fosse pega no ato, seria morta. Após cuidadosa consideração, decide que sua arma será o veneno, pois quer que o rei e Jasão se arrependam amargamente da decisão do matrimônio.

Jasão vai ao encontro de Medeia para tentar conversar sobre o futuro dos dois, mas acaba a atacando por não aceitar ser submissa aos mais fortes que ela, nesse caso o rei, e fala "(...) não desejo ver-te banida sem recursos com teus filhos nem que te falte algo (...)". Em contrapartida, Medeia o descreve como vil e que, mesmo já tendo filhos, subiu em novo leito, a traindo. Ela segue, lembrando que traiu seu lar paterno e sua pátria para seguir Jasão, assim como hostilizou seus

amigos para agradá-lo. A briga continua e Medeia fala para Jasão que seus filhos seriam miseráveis se forem para o exílio, ao que ele responde querer ter mais filhos e, ainda assim, tratar os primeiros com igualdade. Ele tenta trazer a traição como algo positivo para Medeia, visto que seus filhos seriam irmãos de figuras importantes e, que isso traria prestígio ao seu lar. Se Medeia aceitasse a traição sem mais disputas, Jasão lhe daria posses por intermédio do rei, ao que ela recusa falando que “não há proveito nas ofertas de homens maus”.

Egeu, que está de passagem por Corinto, passa por Medeia e os dois conversam. Ela pede exílio em sua pátria e explica toda a situação que está passando. Egeu aceita o exílio de Medeia com a condição de que ela a ajudasse a ter filhos, pois ele sabia que ela tinha meios de conseguir isso através de suas conexões com os deuses. Os dois ficam combinados assim e Egeu segue seu caminho de volta para casa.

Medeia começa a planejar a morte da filha do rei. Ela quer que seus dois filhos levem presentes envenenados à princesa. Assim que ela falecer, o rei ficará furioso, e isso pode custar a vida de seus filhos. Depois de completar sua vingança deixando Jasão sem descendentes, ela quer se exilar em Atenas. As mulheres de Corinto suplicam que Medeia não cometa infanticídio, porém já é tarde.

O plano de vingança da Medeia consiste em chamar Jasão para sua casa e lhe acalmar dizendo que a decisão tomada por ele - de a trair - foi a mais acertada possível, entretanto pede que ele não leve seus filhos para longe dela. Seus filhos atuarão como condutores principais na morte da princesa, por isso não poderiam ser levados por Jasão. Medeia enviará dois presentes, através de seus dois filhos, para a princesa, um véu fino e um diadema de ouro; ao tocar nesses presentes, a princesa morrerá de maneira cruel e, quem a tocar, também morrerá, tamanho o poder do veneno escolhido. Medeia, porém, treme ao pensar que precisará matar seus filhos para que a vingança seja plena.

O sentimento de vingança se engrandece sempre que Medeia pensa que abandonou sua própria pátria por Jasão, e por isso, ele deveria pagar. Ela pensa que “jamais voltará ele a ver vivos os filhos que me fez conceber, e nunca terá outros de sua nova esposa que (...) deverá perecer indiscutivelmente graças aos meus venenos!”. As mulheres de Corinto indagam Medeia sobre a necessidade de exterminar seus próprios filhos para saciar o desejo de vingança, ao que ela

responde: “matando-os, firo mais o coração do pai”. Elas seguem a súplica: “como, volvendo o olhar para teus filhos, serás, sem lágrimas, sua assassina?”.

Medeia chama Jasão para lhe pedir perdão pois finalmente conseguiu reconhecer o futuro prometido aos filhos. Como prova de boa vontade, pedirá aos filhos que mandem presentes à princesa. Medeia solicita, porém, que Jasão convença o rei de que seus filhos não sejam banidos de Corinto e pede ajuda da princesa para confirmar o pedido. Os filhos chegam na sala, Medeia entrega os presentes e frisa “É importante que ela pegue com as próprias mãos estes presentes valiosos”. Ao vê-los saindo, Medeia fica aflita.

Chega o preceptor informando para Medeia que a princesa aceitou seus presentes e que seus filhos ficarão a salvo. Ela inicia então, um monólogo de despedida dos filhos com frases dúbias, ora parece se despedir pois passarão muito tempo sem se ver, ora percebe-se a tristeza de saber que ela os assassinará. Para compreendermos os sentimentos de Medeia, segue o monólogo na íntegra:

“Queridos filhos meus! Agora vos espera para meu desespero um mundo diferente, outra morada onde estareis eternamente sem vossa mãe! E me fazem partir, banida para uma terra estranha, sem haver podido colher as muitas alegrias que esperava de vós, antes de ver vossa felicidade, antes de vos haver levado ao matrimônio, de haver composto vosso leito nupcial e de acender as tochas rituais nas bodas!...Ah! Infeliz de mim! Que presunção a minha! Criei-vos, filhos meus, em vão, sofri em vão por vós, dilacerada nas dores atrozes do parto! Ah! Devo confessar - Infortunada! - que já depus em vós muita esperança: que vós sustentáreis a minha velhice e, quando eu falecesse, vossas mãos piedosas me enterrariam (todas desejamos isso). Mas desvanecem-se esses doces pensamentos! Arrancada de vós, terei de suportar uma existência de amargura e sofrimentos. E nunca, nunca mais, vossos olhos queridos poderão ver-me! (Partirei para outra vida...).Ai de mim! Ai de mim! Por que voltais os olhos tão expressivamente para mim, meus filhos? Por que estais sorrindo para mim agora com este derradeiro olhar? Ai! Que farei? Sinto faltar-me o ânimo, mulheres, vendo a face radiante deles... Não! Não posso! Adeus, meus desígnios de há pouco! Levarei meus filhos para fora do país comigo. Será que apenas para amargar o pai vou desgraçá-los, duplicando a minha dor? Isso não vou fazer! Adeus meus planos...Não! Mas, que sentimentos são estes? Vou tornar-me alvo de escárnio, deixando meus inimigos impunes? Não! Tenho de ousar! A covardia abre-me a alma a pensamentos vacilantes. Ide para dentro de casa, filhos meus! Quem não quiser presenciar o sacrifício mova-se! As minhas mãos terão bastante força! Ai! Ai! Nunca, meu coração! Não faças isso! Deves deixá-los, infeliz! Poupa as crianças! Mesmo distantes serão a tua alegria. Não, pelos deuses da vingança nos infernos! Jamais dirão de mim que eu entreguei meus filhos à sanha de inimigos! Seja como for, perecerão! Ora: se a morte é inevitável, eu mesma, que lhes dei a vida, os matarei! De qualquer modo isso terá de consumir-se. Não vejo alternativas. Deve estar morrendo a princesinha, com o diadema na cabeça, envolvida no véu (quanta certeza eu tenho!). Portanto, já que

deverei seguir a via do supremo infortúnio e fazê-los trilhar caminho ainda mais desesperado, agora devo chamar meus filhos para a despedida. Vinde, meus filhos, e estendei a mão direita para que vossa mãe ainda possa estreitá-la. *Medeia abraça e beija os filhos.* Ah! Muito amadas mãos! Ah! Lábios muito amados! Ah! Porte e rostos muito altivos de meus filhos! Sede felizes, ambos, mas noutra lugar, pois vosso pai vos privou da ventura aqui. Ah! Doce abraço e tão aveludados rostos e hálito suave de meus filhos! Ide! *Medeia afasta dela os filhos e os faz voltarem para casa.* Faltam-me forças para contemplar meus filhos. Sucumbo à minha desventura. Sim, lamento o crime que vou praticar, porém maior do que minha vontade é o poder do ódio, causa de enormes males para nós, mortais!”

O mensageiro se aproxima de Medeia trazendo a notícia de que o rei e a princesa estão mortos: “Tu que, violentando as leis, premeditaste e praticaste um crime horripilante, foge!”. Medeia quer saber detalhes da morte do rei e sua filha, e pergunta se eles morreram sentindo as dores mais terríveis possíveis. Assim que a princesa vestiu os adornos recebidos, já mudou de cor e seu corpo se dobrou. De sua boca começou a escorrer uma espuma branca e suas pupilas começaram a girar. Do diadema de ouro saía uma torrente sobrenatural de chamas assassinas, e o véu consumia sua carne. O corpo da princesa ficou desfigurado e somente os olhos de seu pai poderiam reconhecê-la. O rei abraçou a filha e lamentou “(...) que a morte me leve contigo, minha filha”. Agora, os dois estavam mortos.

Medeia teme que, por vingança da morte do rei e sua filha, venham matar seus filhos, por isso, ela mesma os matará. A arma de sua escolha é um punhal. As mulheres de Corinto falam para Medeia: “Tu és então de pedra ou ferro para matar assim, com tuas próprias mãos, os dois filhos saídos das tuas entranhas?”. Apesar de toda a comoção, Medeia realmente mata seus filhos.

Jasão aparece na casa de Medeia para salvar seus filhos, temendo a vingança real que era iminente: “(...) é a vida de meus filhos que vim salvar, pois temo que a real família pretenda castigar meus frágeis descendentes o crime horrendo cometido pela mãe.”, porém já era tarde. Medeia já assassinara seus filhos. Ela aparece em um carro flamejante, dado por seu avô - o Sol - para fugir, junto dos cadáveres de seus filhos. Jasão apenas lamenta o ato horrendo e impiedoso de Medeia e gostaria de voltar ao tempo e não ter trazido Medeia de seu país bárbaro. Do alto de seu carro, Medeia fala “Não deverias esperar, após o ultraje contra o meu leito, que fosses passar a vida rindo de mim, tranquilo com a filha do rei (...)”, ela continua: “Chama-me agora, se quiseres, de leoa e monstro; quis apenas devolver os golpes de teu instável coração como podia”. Jasão pede para

sepultar e chorar a morte de seus filhos, pois os quer acariciar pela última vez. Medeia rejeita, ela mesma os enterrará.

A peça se encerra com Jasão falando: “Chorar meus filhos e tomar os deuses por testemunhas de que, após matá-los, não me permitiste sequer tocá-los com minhas mãos e dar-lhes sepultura... Antes eu nunca os houvesse gerado para vê-los morrer sob teus golpes!”.

Podemos perceber que Medeia está consciente de seu ato e, ao contrário do que veremos logo a seguir, sente muito por “ter” que cometer tal crime. No seu monólogo, carregado de culpa, podemos perceber a sua dor (mais por ter sido traída do que por cometer o filicídio).

3 O CASO REAL DE MARY ANN COTTON - PRIMEIRA SERIAL KILLER DA INGLATERRA

Na Inglaterra do século XIX, segundo Faria (2013, p.100), houve um período chamado de *Hungry Forties*, onde a classe trabalhadora nas cidades industriais, e em Londres, chegaram a extremos impensáveis de miséria. De acordo com Telfer (2019, p.118), esse foi o período em que os níveis de criminalidade feminina aumentaram no país. Com a depressão econômica, as mulheres começam a cometer homicídios como forma de sobrevivência. Em 1860, Mary Ann Cotton entra para o *hall* de mulheres assassinas em série, 28 anos antes de Jack, o Estripador, considerado o assassino em série mais famoso da Inglaterra. Porém, os crimes de Mary Ann foram considerados ainda piores.

Mary Ann nasceu em 1832, filha de dois adolescentes pobres que se mudavam frequentemente em busca de um local para o pai da família trabalhar como mineiro. A menina sempre foi considerada extremamente bonita, com belos olhos negros memoráveis aos vizinhos da época. Quando atingiu 9 anos, seu pai morreu em um acidente de trabalho, sua irmã mais nova também faleceu precocemente. Apesar das perdas, Mary Ann considerava sua infância como os “dias de alegria”. Após a morte do pai, precisou ajudar no sustento familiar; e ela era uma boa trabalhadora. Seu primeiro vislumbre com os luxos que o dinheiro poderia comprar foi quando atuou como costureira de uma família rica. (TELFER, 2019, p. 119).

Casou-se pela primeira vez aos 19 anos com William Mowbray, já grávida e sem nenhum parente ou amigo para testemunhar a cerimônia descrita como deprimente. Mary Ann achava que essa seria a sua saída da pobreza, porém, o marido a levou para morar em uma favela no subúrbio da Inglaterra. Desse casamento, vieram 4 ou 5 filhos, mas todos morreram sem ser registrados. Ao final da vida de Mary Ann, ela não sabia informar ao certo quantos filhos teve nessa época. (TELFER, 2019, p.119).

Voltando para o norte da Inglaterra, o casal viajou com a única filha sobrevivente, Margaret Jane. Pouco tempo depois da mudança, Margaret Jane veio a falecer de “escarlatina e exaustão”. William arrumou um emprego num navio a vapor na costa da Inglaterra, onde tiveram mais 3 filhos: Isabella, a segunda

Margaret Jane e John Robert; este último faleceu com 1 ano de “diarreia”. (TELFER, 2019, p. 120).

Telfer (2019, p.120) acredita que, para Mary Ann, “a reutilização dos nomes dos bebês implica a dispensabilidade que as crianças tinham. A primeira Margaret Jane morreu em 1860; a segunda nasceu em 1861”.

Seu marido, por trabalhar em um navio, passava muitos meses em alto mar, deixando Mary Ann sozinha na cidade. Ela logo engatou um caso com Joseph Natrass, que morava na cidade ao lado. Houve uma mudança perceptível na forma de resolução dos problemas de Mary Ann. Se antes de conhecer Natrass, Mary Ann seguia seu marido onde quer que ele fosse, após, começou a resolver seus problemas sozinha. Telfer (2019, p. 120), faz um questionamento interessante,

Como, exatamente, Mary Ann mudou, sendo primeiro alguém que assistia àqueles à sua volta morrerem para se transformar em uma pessoa que *causava* a morte daqueles à sua volta? Talvez ela tenha se aventurado nos assassinatos como uma maneira de se aproximar de Natrass, desviando de sua identidade anterior como esposa de uma outra pessoa. Ou talvez ela não aguentasse mais as longas ausências oceânicas de Mowbray e acabou sucumbindo à pressão de mãe solteira. Talvez odiasse aqueles ao seu redor e um dia simplesmente pensou consigo mesma: *chega*.

William morreu em 1865 e, embora Mary Ann tenha descoberto os poderes da sua “arma” - o arsênico - e como ele poderia ser facilmente dissolvido no chá quente, não se sabe se foi uma morte “natural” ou não. Seus sintomas indicavam “febre do tifo e diarreia”. Apenas esses sintomas não indicavam envenenamento, a não ser que a certidão de óbito esteja errada, fato que era comum entre os médicos da época. Os sintomas de febre tifoide batiam com os sintomas de envenenamento por arsênico, porém os médicos não distinguiam com exatidão a “febre do tifo” da “febre tifoide”. (TELFER, 2019, p. 121).

Com a conveniência da morte de seu marido, Mary Ann embolsou uma boa quantia de dinheiro referente ao seguro de vida. Ela então se mudou com suas duas filhas para a cidade de Natrass, onde a segunda Margaret Jane faleceu de “febre do tifo”. Isabella foi mandada para a casa da avó, onde viveu até os 9 anos de idade, sendo considerada a filha de Mary Ann que mais viveu. Livre de suas filhas e de seu marido, Mary Ann descobre que Natrass é casado. Decepcionada, se muda para sua antiga cidade, novamente, para trabalhar como enfermeira, algo que tinha

“grande habilidade de fazer com que os homens sob seus cuidados se sentissem extraordinariamente à vontade”. (TELFER, 2019, p. 121).

No hospital, conheceu George Ward, um paciente que pediu sua mão logo após a conhecer. Se casaram em outra cerimônia sem testemunhas. Mary Ann não engravidou nesse casamento, fato que levou à um boato de que Ward não era bom na cama. Esse fato é comum de ser associado à mulheres assassinas; elas têm um apetite sexual voraz, então precisa trocar uma coisa - sexo - pela outra - assassinato. Após 15 meses casados, Ward falece com os mesmos sintomas de um envenenamento por arsênico, embora não tenha sido constatado na sua certidão de óbito. (TELFER, 2019, p. 122).

No natal de 1866, Mary Ann se muda novamente e passa a trabalhar como doméstica na casa de um pai (recém viúvo) de 5 filhos. Apenas uma semana na casa, o mais novo da família já estaria morto, com apenas 24h de diferença entre o primeiro sintoma e o óbito. Nessa mesma época, sua mãe adoece e a procura para ajudar nos seus cuidados, visto sua experiência como enfermeira. Mary Ann vai à casa de sua mãe e, em nove dias é constatado seu óbito. Retorna, então, ao seu casamento, agora com Isabella junto. (TELFER, 2019, p. 122).

Abril de 1867 foi um mês especialmente conturbado na casa dos Robinson. Em dez dias, três das crianças de Robinson vomitavam compulsivamente enquanto espumavam pela boca e se contorciam em suas camas. Isabella, sua filha do primeiro casamento, morreu aos 9 anos de “febre gástrica”; James Robinson, de 6 anos, morre de “febre contínua”; e sua irmã, de 8 anos, morre de “febre gástrica”. Essas causas “naturais” se encaixavam perfeitamente - e encobriam - os sintomas de envenenamento por arsênico. Os índices de mortalidade infantil da época também ajudavam Mary Ann a escapar ilesa de qualquer investigação. (TELFER, 2019, p.122).

De acordo com Braga (2016, p. 20), com o Romantismo, no século XIX, as crianças passaram a ser vistas como inocentes e puras pela aristocracia e classes mais altas. Segundo Braga (2016, p. 22), os altos níveis de mortalidade infantil criavam atitudes nos pais, em relação às crianças, de distância, formalidade e frieza. Essa era uma cultura onde as crianças não contavam.

Apesar de todos os acontecimentos na casa dos Robinson, em agosto de 1867 eles se casam em mais uma cerimônia declarada como deprimente. A primeira filha do casal nasce em novembro do mesmo ano, porém logo em seguida já morre

de “convulsões”. Mary Ann, a essa altura, usava a gravidez para seguir casada, apesar de não querer desempenhar o papel materno. (TELFER, 2019, p. 123).

Por função materna, Borges (2005, p. 24) entende se tratar de funções práticas exercidas pelo adulto tutelar da criança, nesse caso a mãe, de acordo com suas fases de desenvolvimento. Referente à função materna, Borges (2005, p. 25), estabelece “fatores relativos ao real, ao imaginário e ao simbólico”. A autora segue descrevendo os fatores reais como “cuidados físicos, contato, aspectos relacionados à capacidade dos pais de percepção da criança dentro de suas necessidades fisiológicas (...)”; os fatores imaginários se referem “aos aspectos ligados à capacidade de sonhar dos pais, a tudo o que se refere às expectativas dos pais em relação à criança, mescladas com expectativas socialmente esperadas”; e os fatores simbólicos que se referem a “questões psíquicas, relativas à possibilidade de dar sentido às experiências vividas e à nomeação destas experiências pelos pais”.

Hurstel (1999, apud BORGES, 2005, p. 26) traz que o “termo função implica uma função propriamente humana, tanto simbólica quanto real, que pressupõe uma posição assumida por uma pessoa que deseja a criança”. Borges (2005, p. 27) diz que o exercício dessas funções, tanto materna quanto paterna, variam de acordo com “as condições psico emocionais dos pais, as demandas do bebê e as etapas de desenvolvimento da criança”. A autora complementa que a função materna se inicia a partir do desejo de ter um filho, passando por todas as etapas: gravidez, nascimento e período do desenvolvimento que o bebê se encontra.

Em 1869, o casal Mary Ann e James têm outro bebê, George. Nesse mesmo período, as brigas por motivos financeiros se iniciam na família. Mary Ann tinha por hábito adquirir pequenas dívidas, ou trapaças financeiras, chegando ao extremo de dar seu último filho como garantia para comprar roupas. Quando James descobriu, eles brigaram tanto que Mary Ann fugiu de casa com o bebê. James foi morar com a sua irmã e, para não ter a casa invadida, colocou tábuas nas janelas e portas. Mary Ann, ao retornar, achou que o marido a tinha deixado, o que foi visto como uma traição. (TELFER, 2019, p. 124).

Após meses fora, Mary Ann retorna para a cidade e deixa o filho com um amigo para poder escrever uma carta, porém ela nunca mais retorna e o bebê é entregue ao pai definitivamente. Aos 37 anos, ela estava livre para seus próximos passos. Mary Ann “representava o lado obscuro do ideal feminino da era vitoriana: a

ideia de que nada era mais doce e puro do que uma boa mulher em casa”. (TELFER, 2019, p. 125).

De acordo com Floriano e Cruz (2020, p. 2), o período vitoriano, que compreende 1838 à 1901, na Inglaterra, o papel da mulher passava por uma transição - nas classes mais abastadas, que não era o caso de Mary Ann - de mulher do lar para os seus primeiros trabalhos fora de casa. O estilo britânico, na época, trazia a estética de estilo recatado, algo completamente diferente do estilo de vida de Mary Ann.

O próximo passo de Mary Ann foi um reencontro com uma velha conhecida da sua juventude, a Margaret Cotton, que tinha um irmão, Frederick Cotton, um viúvo com dois filhos. Mary Ann se candidatou como governanta de Frederick no início de 1870. Quatro semanas depois, Margaret falece, deixando uma herança para o irmão, visto que não tinha descendentes. Mary Ann não demorou a se apossar do dinheiro de Frederick e os dois logo se casaram - apesar de Mary Ann ainda estar legalmente casada com James Robinson, sendo a bigamia o único crime que ela admitiu cometer em sua vida. Depois de casados, a mulher fez um seguro de vida para os filhos de Cotton. O casal se mudou com os filhos de Cotton, Frederick Jr., Charles Edward e o bebê Robert Robson. A mudança a aproximou de um velho amante do passado, Joseph Nattrass que, nessa época, não estava mais casado. (TELFER, 2019, p.125).

Telfer (2019, p. 126) cita que “Mary Ann sempre foi uma assassina rápida, confiando nas realidades da falta de higiene, nos diagnósticos equivocados dos médicos e no alto índice de mortalidade infantil (...) para explicar o fato de que a morte a seguia aonde quer que fosse”. Porém, Mary Ann estava se tornando imprudente.

Frederick Cotton morreu rapidamente e, logo, Nattrass se mudou com ela e as crianças, causando estranhamento entre os vizinhos. Telfer (2019, p. 126) afirma que “assassinato e casamento tinham sido o seu *modus operandi* até então”. Apesar de Mary Ann se sentir animada com Nattrass, ela também queria mais e mais dinheiro. A mulher conheceu um homem rico que sofria de varíola e, com seus dotes de enfermeira, o encantou. Quando Mary Ann passa a seduzir Quick-Manning, a vizinhança começa a suspeitar ao máximo de suas atitudes. (TELFER, 2019, p. 126).

Para os vizinhos, era perceptível que Mary Ann maltratava as crianças, que pareciam morrer de fome. Telfer (2019, p. 127) diz que “a realidade era que Mary Ann sempre tivera pouca tolerância com crianças de qualquer tipo, fossem dela ou não, e ela precisava limpar o caminho para alcançar Quick-Manning”. Logo em seguida, Frederick Cotton Jr. morreu de “febre gástrica” e o bebê Robert Robson morreu de “convulsão e dentição”. Na mesma época, Natrass passou a receber o veneno dado pela amante. Ele sabia que estava sendo envenenado e falou para a vizinha, que estava lá para cuidar dele, que não era febre o que ele tinha. Mesmo com o bebê Robert morto há quatro dias dentro de casa, Mary Ann aguardava Natrass morrer para enterrá-los juntos e evitar mais custos funerários. (TELFER, 2019, p. 127).

Assim que finalizou sua antiga “família”, Mary Ann engravida novamente e o pai é Quick-Manning. Ela estava pronta para casar com ele, mas se enteado ainda estava no seu caminho, o último filho vivo de Cotton, Charles Edward. “(...) Mary Ann deve ter se amaldiçoado por deixar uma criança viver por tanto tempo. Vizinhos notavam o quão cruelmente ela tratava o pequeno Charlie (...)”. (TELFER, 2019, p. 128).

Mary Ann recebe a visita do farmacêutico local perguntando se ela poderia tomar conta de outro paciente com varíola, mas ela não parava de reclamar de Charles Edward, dizendo que a responsabilidade do “fardo” estava a sobrecarregando. A criança estava no canto da sala, encolhido, ouvindo tudo que a madrastra falava sobre ele. Mary Ann tenta se livrar dele perguntando se o farmacêutico não poderia levá-lo para uma “casa de correção”, que era um local onde forneciam acomodações e trabalho para quem praticasse mendicância nas ruas da Inglaterra, o farmacêutico recusa. Mary Ann então fala algo que deixou o radar do farmacêutico ligado, “ele irá embora, como o resto da família Cotton”. Apenas seis dias depois, ele retorna, mas Mary Ann afirma que o menino já está morto. (TELFER, 2019, p. 128).

Convidar as pessoas para olharem os corpos em sua casa fazia parte do *modus operandi* de Mary Ann. Ela chamava inclusive médicos para darem dicas de como cuidar a “febre tifoide e as convulsões”. Telfer (2019, p. 128) diz que “essa era uma das maneiras de evitar a descoberta: interpretar a esposa, a mãe, a enfermeira desolada”. O farmacêutico não entra na casa e vai direto à polícia, que já abre uma investigação, ele tem certeza de que ela o envenenou. Apesar do inquérito aberto, o

post mortem de Charles indica a morte como “natural”, porém o médico guarda parte das vísceras do menino para eventual reavaliação do atestado de óbito. (TELFER, 2019, p. 128).

As fofocas na cidade e nos jornais já davam como confirmadas as suspeitas do farmacêutico. Por esse motivo, a população convenceu o médico que atestou o óbito de verificar novamente o menino. Dessa vez, o médico encontrou vestígios de arsênico em seu sistema. Ele correu para a delegacia e Mary Ann foi presa na manhã seguinte. Este é o início do fim de Mary Ann, que foi acusada da morte de Charles Edward, mas logo já concluíram que ela matara também Joseph Natrass, Frederick Cotton Jr. e o bebê Robert Robson. A polícia então exumou os corpos para investigação e realmente foram constatadas grandes quantidades de arsênico em seus sistemas. O corpo de Frederick Cotton não foi encontrado. (TELFER, 2019, p. 129).

Mary Ann, agora presa, dá à luz seu último filho, fruto da relação com Quick-Manning. Durante o julgamento, ela o amamentava e não falou nada em frente aos jurados. Telfer (2019, p. 130) considera “uma jogada esperta, trabalhando as simpatias do júri ao explorar os ideais vitorianos de feminilidade. (...) Como essa mãe silenciosa e lactante poderia ser capaz de matar?”. Ainda de acordo com Telfer (2019, p. 130), a mulher perfeita da época foi retratada em um poema narrativo de 1854, “O Anjo do Lar”, de Coventry Patmore, que dizia: “Pois ela é tão mera e sutilmente doce / Meu arrebatamento mais profundo não faz juz a ela”. Os jornais da época se atentavam à sua beleza “delicada e cativante”.

Na sua casa, não foram encontrados vestígios de arsênico, sua defesa tentou utilizar a desculpa de que a substância tóxica era fruto de um produto de limpeza aliado com a cola do papel de parede da casa, tentando levar para o caminho da morte acidental. Apenas no corpo de Natrass foi encontrado quatro vezes mais que o necessário para matar um homem de sua idade. (TELFER, 2019, p. 130).

Mary Ann chorou apenas uma vez no seu julgamento, quando a defesa fez um discurso que a desmoronou:

Uma mãe cuidando [do seu bebê], vendo seu belo sorriso e sabendo que lhe dera arsênico! Fazendo seus membros se contorcem enquanto olhava para o seu rosto suplicando apoio e proteção! (TELFER, 2019, p. 130).

Aqui, a defesa descreveu o que ela fez repetidas vezes com seus filhos, enteados e maridos.

De acordo com Felter (2019, p. 131), Mary Ann foi condenada a morte por enforcamento pelo assassinato de Charles Edward. Quem lhe executaria, o carrasco, era um homem conhecido por ter de usar de força bruta para finalizar a execução, pois deixava a pessoa muito próxima do chão, fato que não deixava espaço suficiente para o pescoço se quebrar ao cair da plataforma. Ele precisava empurrar os ombros do condenado para que ele sufocasse lentamente.

Enquanto aguardava o seu dia de execução, escreveu várias cartas para amigos e familiares para que tentem cancelar ou adiar o dia final. Ela seguia com o discurso de ser inocente. Ela ainda pediu que o único marido sobrevivente, James Robinson, e seu filho George a visitassem, mas ele recusou o pedido. Mary Ann, presa, tentou adoecer seu bebê passando sabão em sua gengiva na esperança que, com o adoecimento, sua execução fosse adiada. Nada impediu o seu destino e, seu bebê foi posto para adoção. (TELFER, 2019, p. 131).

Segundo Telfer (2019, p. 131), Mary Ann esteve grávida, ou foi mãe, por metade de sua vida. E ela segue afirmando que “a sedução e, por extensão, a gravidez foram suas armas mais fiéis (...). Mary Ann usou sua fertilidade para controlar a ascensão e queda de sua vida”. Mary Ann “via o casamento e a maternidade como formas de aprisionamento - das quais desejava desesperadamente se libertar -, mas também como maneiras de se salvar. Assim, seus métodos eram cíclicos, a ponto de atingir a loucura”. Mary Ann tinha 40 anos no momento de sua execução em 24 de março de 1873, ainda alegando inocência. (TELFER, 2019, p. 131).

Ao contrário de Medeia, Mary Ann agia por puro benefício próprio, eliminando quem estivesse em seu caminho, mesmo que fossem seus próprios filhos. Por ter vindo da pobreza, tinha o desejo de ascender na sociedade da época, portanto, aplicava seus golpes nos maridos e os descartava assim que conseguisse o que buscava. Mary Ann conseguiu sair ilesa por vários crimes, até ser pega, graças aos índices de mortalidade infantil da época e às precárias condições de cuidados com a saúde. Veremos a seguir os ideais esperados de uma mulher, principalmente na era vitoriana, e a função que a mãe deveria ter segundo a sociedade.

4 UMA ANÁLISE DOS IDEAIS DE FEMINILIDADE NA ERA VITORIANA, O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE ATUAL E COMO SE CONSTITUIU A FUNÇÃO MATERNA E PATERNA

Na era vitoriana, segundo Cárdenas (2005, p. 14), o quadro de pobreza da população tornava público um grande problema social, a violência. Como era de se esperar, a pobreza aliada a crimes e doenças geravam altos índices de mortalidade. Cenário este que se tornou essencial para Mary Ann sair ilesa após vários assassinatos. Outro ponto da era vitoriana nas cidades menores da Inglaterra era a miséria com que a população convivia e que contribuía para os índices de mortalidade: os ratos se reproduziam rapidamente, percevejos estavam por todos os lados e, para a felicidade de Mary Ann, piolhos espalhavam o tifo entre a população. (CÁRDENAS, 2005, p. 32). Para além das doenças, violências e mortes da época, como uma enorme contradição, o período também foi visto como um grande avanço industrial. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 191).

Em relação aos casamentos, na época, o divórcio era visto como quase impossível, pois necessitava desembolsar uma grande quantia de dinheiro (CÁRDENAS, 2005, p. 40). Aliando isso ao fato de que Mary Ann era uma mulher ambiciosa, entende-se o porquê de ter assassinado seus maridos - para além do dinheiro do seguro. Os trabalhos que Mary Ann assumiu, como por exemplo de governanta na casa de Cotton, demonstrava certa ascensão social na hierarquia bem marcada da época. Tal cargo tinha bastante influência no ambiente doméstico, ainda mais se o novo marido era um viúvo com vários filhos (CÁRDENAS, 2005, p. 41).

De acordo com Cárdenas (2005, p. 42), a sociedade inglesa da era vitoriana era “indiferente e insensível”, tal fato era explicado pelo crescente número de fábricas pois precisavam de pessoas “mais fortes e sem sentimentalismo”. Na época, a mulher vitoriana tinha a referência da Rainha Vitória que “representava um certo tipo de feminilidade centrada na maternidade, família e respeito”. (CÁRDENAS, 2005, p. 43). As mulheres eram, então, apenas esposas e mães que dependiam totalmente dos homens e, tudo que ganhavam, tinham de entregar às mãos do marido. Até o vestuário era visto como uma forma de prisão, ou contenção, da mulher. Os grandes e pesados vestidos usados com espartilhos que dificultavam a respiração e diversas camadas de anáguas por baixo impediam as mulheres de se

mover com liberdade. (CÁRDENAS, 2005, p. 45). Embora o vestuário pesado se restringisse às classes altas da sociedade, é de se esperar que essa cultura de aprisionamento feminino respingue também nas camadas mais baixas da população, como era o caso de Mary Ann. Até as crianças deveriam usar espartilhos na época, sendo veiculado um anúncio que mostrava a mãe obrigando a filha a deitar-se no chão enquanto coloca um pé em suas costas e puxa os laços do espartilho para “obter o máximo de ajuste”. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 194).

Os papéis dos homens e das mulheres eram bem definidos e demonstravam o controle dos corpos na época. Apesar da rainha ser, claro, uma mulher, ela defendia os costumes rígidos de que a mulher deveria ser submissa ao homem e deveria reinar apenas no lar. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 191). Embora a época seja marcada pelos papéis sexuais bem definidos, se iniciava também um questionamento das mulheres pela luta por igualdade perante os homens. Aqui, se iniciava o fim da “noção de inferioridade feminina” e os papéis começavam a se modificar. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 215). Os impulsos sexuais também eram fortemente contidos, provocando o adestramento das vontades no ambiente escolar, por exemplo. Isso também contribuiu para a crescente violência e geração de prostíbulos, onde os homens poderiam trair suas esposas como forma de protegê-las dos “acessos apaixonados de seus maridos”. A sociedade da época julgava e controlava as mulheres que tinham desejos sexuais, colocando-as como objeto de tutela. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 192). Fato que pode ser visto no casamento de Mary Ann com Ward, onde ele foi criticado como “ruim de cama” pois não tiveram filhos. O sexo, para a mulher, pode ser visto apenas como forma de reprodução, enquanto para seus maridos, um ato de liberação de impulso.

Schmitt (apud SANTANA; SENKO, 2016, p. 199) aponta que “no século XIX, a cada vinte crianças, três morriam antes de seu primeiro ano (...) a frequente utilização de medicamentos duvidosos de origem caseira aumentavam as chances de falecimento prematuro”. Então, nesse aspecto, a morte “poderia ser considerada como algo familiar”. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 199). A rainha Vitória agiu conforme o ideal de mulher devotada ao marido e aos filhos marcando assim o “padrão de comportamento feminino não só em relação à morte, mas em todos os momentos da vida cotidiana”. (SANTANA; SENKO, 2016, p. 204). Talvez por isso, quando Mary Ann colocou Nattrass em sua casa logo após a morte de Cotton, a vizinhança tenha estranhado tanto e iniciado as suspeitas contra ela.

Nunes (2008, p. 44) analisa trechos de um livro voltado para pré-adolescentes descrevendo o passo a passo para atingir o sucesso. Nesse livro, de 2001, a autora traz pontos sobre a feminilidade e como ela deve ser. Entre os pontos, que, lembrando, foram feitos para meninas, estão: “cuidados com o corpo e a pele, princípios básicos de beleza, maquiagem, cabelos, dieta, como se vestir, etiqueta (...)”. O livro ainda toca no ponto da “beleza básica” que fala sobre como a menina deve ser: “cabelos brilhantes, unhas limpas e bem cuidadas, pele macia e hidratada, corpo depilado e perfumado, pés bem tratados e, por fim, a embalagem: a roupa”. Esse “manual” de como deve ser uma mulher feminina é bem problemático pensando nas gerações atuais, inculcando desde cedo o ideal feminino e de feminilidade.

Previamente, o papel da mulher era essencial na estrutura de uma família, atuando como responsável pelos cuidados da casa e dos familiares. As mulheres tinham suas vidas sempre atreladas aos maridos, e antes de casadas, aos pais. Com o avanço da independência econômica da mulher, sua autoestima melhora. Estudos indicam que as mulheres, atualmente, se casam mais tarde, têm menos filhos e se divorciam mais, tudo isso aumenta de acordo com “maior e melhor formação profissional e salários”. (CARMO; ISCHIARA; CARNEIRO, 2011, p. 2).

Assim como o papel da mulher vem mudando, a sexualidade também se transforma. O que antes era considerado um tabu, onde as mulheres não podiam sentir prazer e deveriam fazer sexo apenas com seu marido e para fins de reprodução, hoje não há diferença na sexualidade masculina e feminina. (CARMO; ISCHIARA; CARNEIRO, 2011, p. 3). O modelo de ser da mulher começa a mudar a partir da necessidade de mão-de-obra produtiva no período das guerras mundiais. Enquanto os homens lutavam, as mulheres tinham de manter a indústria funcionando. É a partir desse momento que a mulher passa a ser vista como capaz de dar conta do trabalho fora de casa, além de que “a identidade feminina deixa de ser pautada unicamente por características biológicas”. (CARMO; ISCHIARA; CARNEIRO, 2011, p.5). De acordo com Braga (2006, apud CARMO; ISCHIARA; CARNEIRO, 2011, p. 6), a feminilidade, nos últimos séculos, vem se aproximando e se associando da maternidade, como se uma viesse acompanhada da outra.

Pensando na função materna e paterna, Borges (2005, p. 26) informa que o desempenho das funções dependem “de adultos que possam ser operadores das mesmas”, porém isso pode não ocorrer devido a forma de vivenciar a maternidade

ou paternidade. Como Mary Ann via a maternidade como forma de aprisionamento, era incapaz de exercer a função materna para seus filhos e enteados.

Segundo Borges (2005, p. 30), deve-se levar em conta, como um dos primeiros fatores da constituição da função materna, o desejo pelo filho. Mary Ann nunca demonstrou desejar ter filhos, tendo-os como forma de manter a relação conjugal para, no final, ter direito a herança deixada - de maneira forçada - para ela. Portanto, ao meu ver, Mary Ann nunca foi capaz de se conectar com os filhos de maneira maternal, vendo-os como objetos para atingir um fim. Por esse motivo, seus filhos eram descartados após atingir o fim esperado. O questionamento que surge agora é se existe mesmo um instinto materno, algo inato que todas as mulheres apresentam, mesmo na tenra idade. Veremos a seguir como a sociedade moldou a forma como enxergamos a mulher e a pressão que nela colocamos para exercer a maternidade como algo que ela nasceu para fazer. Todas as mulheres possuem o desejo da maternidade?

5 MITO DO AMOR MATERNO

Badinter (1985, p. 9) escreveu que “continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblativo”. Aqui, questionaremos o instinto materno. Será que Mary Ann poderia desenvolver o instinto materno? E Medeia, será que poderia tê-lo perdido? Badinter (1985, p. 14) acredita que o amor materno não é inato, e sim adquirido dia após dia de convivência com o filho. Na visão cultural, a maternidade, aliada ao amor materno, existe por natureza dentro de cada mulher; como pode uma mulher não querer ser mãe? A ideia de que a mulher pode escolher não querer ter filhos, ou não os ame uma vez que os teve, ainda é vista como um escândalo. (BADINTER, 1985, p. 16).

A proposta de Badinter (1985, p. 16) sobre a maternagem é muito interessante para fins analíticos da história de Medeia e Mary Ann. A autora diz que “qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança”. Em seguida ela continua “(...) não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus ‘deveres maternais’”. A configuração dos papéis do homem e da mulher, que vimos anteriormente, agem na atribuição da função materna à mulher. Telfer (2019, p. 16) nos lembra que a sociedade reconhece que mulheres também podem ser “más”, porém sempre na ficção. Quando uma mulher do mundo real se torna uma assassina, nossa imaginação falha. A autora cita que relativizamos o assassinato, pois não é possível que a mulher tenha agido por querer.

“Normalmente, mulheres são vistas como seres unicamente capazes de cometer homicídios reativos - homicídio em autodefesa, uma explosão de amor, um desequilíbrio de hormônios, um momento de histeria -, e não homicídios instrumentais, que podem ser maturados, calculados e executados a sangue-frio” (TELFER, 2019, p. 16)

Pensando na imagem da mulher como cheia de ternura e cuidadora é como pensar na própria Mãe Terra. Porém a Mãe Terra também pode destruir o ambiente, atingindo até mesmo inocentes. Além disso, a mulher que expressa a sua raiva, muitas vezes pode ser vista de maneira masculinizada, devido ao “mito da passividade feminina”. (TELFER, 2019, p. 17).

Para além de pensar no “por que mulheres matam?”, Telfer (2019, p. 18) traz a reflexão: “Por que *alguém* mataria?”. As mulheres retratadas em seu livro, eram “horripelmente, essencialmente, inescapavelmente humanas”, uma reflexão sobre a

forma que a sociedade vê as mulheres que matam como uma aberração. Elas são, de fato, humanas. Possuem sentimentos, irritações, impulsos, amor e ódio.

Com este gancho de amor e ódio, Freud (2010, p. 71) identifica a transformação de um instinto no seu oposto, uma “conversão de amor em ódio. Sendo muito frequente encontrar os dois dirigidos simultaneamente para o mesmo objeto, tal coexistência oferece o mais significativo exemplo de ambivalência afetiva”. Medeia nutriu um amor por seu marido que, quando recebeu a oferta de casar-se com a princesa, a traiu. Frente a isso, sua resposta foi de assassinar não apenas a mulher com que ele se casaria, o rei e os dois filhos frutos do relacionamento com Jasão. Aqui a ambivalência de sentimentos de Medeia em relação a Jasão é nítida. Ela o amava tanto que sofreu por amor; e o amor se tornou o ódio que culminou no filicídio, com a justificativa de fazer Jasão sofrer. Medeia me parece estar mais próxima ao narcisismo com a forma passiva, que é ser amada. (FREUD, 2010, p. 72).

Um fato bem interessante sobre o amor e ódio é que se o objeto causa desprazer, a tendência é de que nos afastemos dele, como uma fuga do “mundo externo emissor de estímulos”. Então o ódio pode ser aumentado a ponto de agressão ao objeto de desprazer com o objetivo de aniquilá-lo. (FREUD, 2010, p. 76). Fato esse que vai de encontro ao que Mary Ann costumava fazer, aniquilar quem lhe causasse desprazer, mesmo que fossem seus próprios filhos. Mas “como justificar tamanho desinteresse pelo filho, tão contrário aos nossos valores atuais?” questiona Badinter (1985, p. 19). Essa reflexão existe pois, nos tempos atuais, passamos anos acreditando que o instinto materno nasce com as mulheres, pois toda mulher quer ser mãe, e toda mulher sabe ser mãe. Mas será? Será que Mary Ann soube ser mãe? Ou ainda, sua atuação como enfermeira, embora atrelada a encontrar homens ricos e moribundos, seria uma demonstração de instinto materno, sendo esse no sentido de cuidadora?

Ao ver que uma mãe não ama seu filho, muitos podem a ver como “uma aberração”, pois enquanto humanos, nos causa repulsa pensar que o amor de uma mãe não é indefectível. (BADINTER, 1985, p. 22). A autora segue afirmando que “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina”.

É difícil analisar as atitudes maternas pois uma mãe “é uma personagem relativa e tridimensional”. Relativa no sentido de só ser concebida pois há um pai e um filho; e tridimensional porque a mãe é, primeiramente, uma mulher “isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho”. (BADINTER, 1985, p. 25). Quando pensamos em uma criança, o foco volta-se para a mãe e não para o pai. Então a mulher será sempre apontada, “em maior ou menor medida, como uma boa mãe”. (BADINTER, 1985, p. 16).

Poucos séculos antes de XIX, época de Mary Ann, nos séculos XVII e XVIII os casamentos não tinham a mesma representação de hoje. Os relacionamentos eram escolhidos de acordo com a proximidade de idade e o dote que tinham a oferecer. Apenas no século XIX que parece entrar o amor pelo cônjuge. Então, é possível afirmar que antes do século XIX os casamentos eram mais por conveniência, sem o “amor como valor familiar e social”. (BADINTER, 1985, p. 50). Isso pode ter relação com a extrema pobreza em que vivia Mary Ann? Pode, parece que o que mesmo importava para ela era o status social que ocupava, podendo ser comparado aos dotes que receberia dos maridos - embora em outrora fosse comum a mulher ofertar o dote.

O marco da família moderna surge a partir de 1762, dando início ao amor materno, com a obra “Émile” de Rousseau. (BADINTER, 1985, p. 54). Previamente, a criança era vista como um estorvo, principalmente o bebê, que era visto como fardo pois demandava cuidado e atenção, o que não agradava os pais da época. (BADINTER, 1985, p. 64). A autora segue para falar sobre o infanticídio como “manifestação de um desespero humano considerável. O assassinio consciente de uma criança jamais é prova de indiferença”. Aqui Medeia se encaixa, pois estava sofrendo pela traição do marido. Assim como ela pondera algumas vezes se deve cometer o ato ou não, mas opta, não se eximindo de imensa culpa, por praticá-lo. O monólogo de Medeia traz sua dor e culpa ao matar seus próprios filhos, porém o que a direcionava não era o amor, e sim o ódio pelo marido. Passou a ver os filhos como fardos que apenas a lembravam do que o pai deles tinha feito a ela.

Badinter (1985, p. 75) reforça que os diferentes tipos de infanticídio (morte por sufocamento acidental enquanto os pais compartilham a cama com o bebê, por exemplo) eram característicos de mulheres de condição social mais baixa. Nesses casos, não se pode provar a inexistência do amor das mães, mas podemos concluir

que o instinto de vida (sobrevivência - no caso de Mary Ann) falava mais alto que o instinto materno. (BADINTER, 1985, p. 76). Atualmente, a morte de um filho é uma perda irreparável para a mãe mas, na época de Mary Ann, com a grande taxa de mortalidade infantil, a morte de uma criança era vivida com insensibilidade, devido à naturalidade das condições da época. (BADINTER, 1985, p. 88). Fato curioso, e que cerca grande parte da escrita de Badinter (1985), é a entrega dos filhos às amas, governantas ou preceptores. Medeia tinha o auxílio de uma ama e um preceptor. Não é revelado na obra a idade dos dois filhos, mas imagina-se que tivessem pouca idade se levado em consideração que as crianças eram entregues novamente às mães depois de quatro ou cinco anos.

Segundo Badinter (1985, p. 145) após 1760, os médicos passam a recomendar que as próprias mães amamentem seus filhos, obrigando-as a serem mães acima de tudo. Nasce o conceito de amor materno, embora o sentimento já existisse previamente. Essa “promoção do sentimento” gera não só a mãe, mas a mulher que também é mãe. E é a partir dessa época que o foco de cuidado passa a ser cada vez mais função da mãe do que do pai. (BADINTER, 1985, p. 146). O governo passa a se interessar pelos índices de mortalidade infantil na primeira etapa de vida do bebê, portanto, trabalha para “convencer as mães a se aplicarem às tarefas esquecidas”. (BADINTER, 1985, p. 146). Algumas mulheres começam a perceber que esse trabalho - ser mãe - as dariam uma “importância considerável” que não tinham experienciado antes. Assim conquistaram um respeito perante a sociedade e o “direito de cidadania”. Muitas mulheres se submeteram aos valores impostos, já “outras resistiram e foram combatidas” (BADINTER, 1985, p. 147). Pensando nessa última frase, uma reflexão que faço é o quanto esse “cuidar das crianças e das taxas de mortalidade” é realmente a favor das crianças e do melhor para elas, ou se está mais para uma estratégia de controle dos nossos corpos e uma maneira adequada da mulher se portar em sociedade - frente aos valores da época.

A “nova mãe”, como é posto por Badinter (1985, p. 201), demorou a se fixar nos lares. O interesse da mulher em ascender economicamente e ter valor perante a sociedade a levou a aceitar o papel da boa mãe, se subjugando então a esse “sacrifício”. A era das “provas de amor” também chegam com tudo, tendo o bebê se tornado o objeto da atenção materna e o sacrifício que a própria mãe faz para manter seu filho vivo e junto dela. A mãe passa a amamentar o seu próprio filho, ao invés de entregá-los às amas. Além disso, a mãe começa a restringir sua liberdade

em favor do filho. (BADINTER, 1985, p. 204). A partir do final do século XVIII, portanto pouco antes de Mary Ann, que a higiene e saúde do bebê deveriam vir em primeiro lugar. A nova mãe deverá iniciar seus cuidados a partir da gravidez, tomando cuidado com o que consome, assim como no pós-parto, ela deveria ainda seguir no regime para fins de um leite de qualidade. Ela também deverá desmamar seu filho assim que o primeiro dente aparecer, e deve se atentar à higiene corporal e exercícios físicos. (BADINTER, 1985, p. 207). Entretanto, a “nova mãe” surge para as mulheres mais pobres no início do século XX, quando também surgiu a mamadeira esterilizada, antes disso, a mulher que trabalhava ajudando seu marido ainda precisava entregar seu filho a amas em outras cidades. (BADINTER, 1985, p. 224). A autora faz uma reflexão sobre a atenção materna ser um luxo, impossível para as mulheres pobres. A mãe, além de despender pouca intimidade e carinho ao filho, ainda o vê como um fardo a ser carregado, por isso a vontade de se livrar deles estava presente nas classes baixas. Mary Ann verbaliza ao farmacêutico que o seu enteado é um fardo pesado demais para ela carregar, dando luz às suspeitas de que ela se “livrava” dos filhos de forma diferente das mulheres da época.

Após essa modificação na forma de tratar a primeira infância, a “nova mãe” passa a ter uma ama de leite em sua própria casa, “trapaceando” em sua tarefa materna. (BADINTER, 1985, p. 230). Entretanto, a propaganda feita por Rousseau e o governo francês, repercutiu de uma forma positiva. Eles podem não ter convencido todas as mulheres a realizar a função materna com carinho, mas certamente essas “mães trapaceiras”, por não conseguirem exercer a responsabilidade pelo seu filho, sentiam culpadas e, por isso, traziam as amas para suas casas. O sentimento materno já estava causando culpa naquelas que não o tinham. (BADINTER, 1985, p. 235). A mulher passa a ser enclausurada no papel materno e, se não o fizer, será condenada moralmente. A maternidade passa a ser imposta à mulher; aquela que não quisesse ou não pudesse ser mãe tinham o desprezo e piedade da sociedade. Essa mesma sociedade tornou a maternidade como uma “natureza feminina” e isso implicava nas características de uma boa mãe. A mulher que se dedicasse, e com isso se sacrificasse, seria “a mulher normal”. Quem não seguisse a normalidade, suposta natureza, eram consideradas “anormais”, além de serem acusadas de “egoísmo, de maldade e até de desequilíbrio”. A mulher teve que se submeter ao novo esquema, por vezes ficando frustradas e infelizes. (BADINTER, 1985, p. 239).

Outro fator interessante na mudança no papel da mulher na maternidade é que a morte da criança agora é sentida tanto pela mãe quanto pelo pai. O estado de saúde da criança passou a ser preocupação dos pais. (BADINTER, 1985, p. 209). A mudança aqui é bem importante, pois antes, com a mortalidade infantil nos mais altos índices, o falecimento era visto como comum ou até mesmo banal. Algo do dia-a-dia. O luto, segundo Freud (2010, p. 172), seria a “reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc”. Portanto, podemos concluir que agora a mãe realmente ama o seu filho, pois passa a sofrer a sua morte como sofreria pela de seu cônjuge. Ainda de acordo com Freud (2010, p. 173), a pessoa percebe que o objeto amado não existe mais e passa a retirar sua libido da conexão com esse objeto. Quando vemos morrer alguém que amamos, “enterramos com ele todas as nossas esperanças, ambições, alegrias, ficamos inconsoláveis e nos recusamos a substituir aquele que perdemos. Nós nos comportamos como os asra, que *morrem, quando morrem aqueles que amam*”. (FREUD, 2010, p. 232). Claro que, em 1915, quando este texto de Freud foi redigido, os sentimentos ao redor das crianças já estavam mais avançados em relação ao amor materno e paterno. E se assemelha muito ao que temos atualmente. Há uma frase de Paulo Gustavo, que traduz a sensação que temos ao saber da morte de um filho, mesmo que de outra mãe: “Quando uma mãe perde um filho, todas as mães perdem um pouco também...”.

Após passar pelo mito do instinto materno, da definição de “nova mãe”, junto com a boa mãe, chegou o momento de falar sobre as “mães más”. Badinter (1985, p. 274), traz que a mãe que se comporta como madrasta - ou “madrasta natural” - é a pior de todas. Essa “mãe” não ama seu filho e não consegue demonstrar carinho por ele. A falta de amor é vista como crime imperdoável, a mulher que o comete é chamada de “erro da natureza”. As mães que aparentam amar seus filhos ainda não são tão “monstruosas” como aquelas que simplesmente deixar transparecer que realmente estão indiferentes ao filho, ou são cruéis e demonstram ódio pela criança. (BADINTER, 1985, p. 275).

Com o movimento feminista, surgem questionamentos sobre o conceito de instinto materno: “o instinto materno existe ou as relações mãe-filho envolvem apenas os mesmos sentimentos que encontramos em outras relações: amor, ódio, indiferença, diferentemente dosados segundo o caso?”. Um outro ponto interessante, o instinto materno se manifesta em determinadas mulheres mas não

em todas. Existem as mulheres que, mesmo mães - como é o caso de Mary Ann - não manifestam o instinto materno. Como alguém pode ser materna, no sentido de ser cuidadosa com o bebê, e matar filho após filho? O que se chega de conclusão do instinto materno e da “nova mãe” é que seria uma grande pressão social que colocamos sobre as mulheres. (BADINTER, 1985, p. 355). A autora chega a uma conclusão (1985, p. 367), “o instinto materno é um mito (...) o amor materno é apenas um sentimento (...)”, não temos como tratar com universalidade aquilo que é subjetivo.

Todos os pontos até aqui apresentados compactuam para a ideia de que o instinto materno ou o amor materno são construções da sociedade como forma de aprisionar a mulher a algo - nesse caso a maternidade e tudo que envolve o âmbito doméstico. Entretanto, não podemos - e nem é a intenção - justificar os atos de Medeia ou Mary Ann, apenas por não existir algo inerente às mulheres em relação à maternidade.

6 O FILICÍDIO NA TEORIA PSICANALÍTICA

O conceito de filicídio, de maneira clara, é o ato de um dos pais matar o seu próprio filho. Trazendo para a óptica psicanalítica, a primeira definição do conceito se dá na obra de Arnaldo Rascovsky, “O filicídio”, de 1974. Para o autor, o filicídio está ligado à proibição do incesto; seria necessário sacrificar o filho para que ele temesse o pai e, portanto, não cometesse o incesto. (ANTONIAZZI, 2017, p. 21).

De acordo com Dametto (2013, p. 47), “o filicídio é um sentimento inerente à natureza humana”. Os animais possuem esse “instinto” de matar seus filhotes; porém, para os humanos, o filicídio é inconsciente, um desejo de matar o filho de alguma forma. Pensando nos aspectos mais primitivos dos animais, o filho disputa as fêmeas da espécie com o pai, há então um entrave do desejo do pai de matar o filho, e do desejo do filho de matar o pai. A autora faz uma reflexão acerca de “Totem e Tabu”, obra de Freud, onde ele cita o parricídio do Complexo de Édipo, mas não cita o filicídio, embora os pais de Édipo tivessem o desejo de matá-lo. (DAMETTO, 2013, p. 47).

O termo filicídio é tratado como um tabu na psicanálise clínica, uma vez que se ignora a existência do assunto numa tentativa de fazer com que ele não exista. Na prática clínica de Dametto (2013), o filicídio é “o desejo, sentido e pensado ou atuado (acting out), de matar ou mutilar o filho a partir de uma relação narcísica, normal ou patológica”. Quando pensado, o desejo é consciente; quando atuado, o desejo é inconsciente.

Para fins de esclarecimento, Freud (2010, p. 14) cita o termo “narcisismo” - escolhido por Näcke - “para designar a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse o de um objeto sexual (...) [para] atingir plena satisfação”. Os sujeitos demonstram duas características em comum, a “megalomania e o abandono do interesse pelo mundo externo (pessoas e coisas)”. Para Dametto (2013, p. 53), quando nasce um filho, o narcisismo se coloca à prova pois, os novos pais e o bebê não se conhecem, precisam ser apresentados entre si. Esse filho, seja desejado ou não, se coloca em meio à relação pai-mãe.

Dametto (2013, p. 49) informa que o filicídio, como desejo consciente, é normal. Ela justifica trazendo a falta de preparação parental, seja emocional ou socialmente, que pode fazer com que pensem no filho como um “estorvo, alguém que não deveria existir”. Essa fala da autora nos remete à Mary Ann que via os filhos

- e maridos e enteados - como estorvos dos quais deveria se livrar em ordem de conquistar outros objetivos. Podemos voltar a falar da mãe ideal, sempre atrelada ao sentimento inato da mulher sobre a maternidade, juntamente ao amor incondicional aos filhos. Porém, como já vimos, o amor materno é um mito construído cultural e socialmente, não significando que a mulher nasça com o “amor inato irrestrito”. (IACONELLI, 2013, p. 52). A mãe pode ter pensamentos filicidas mas terá de tomar uma ação em relação à criança, seja ela a favor ou contra o filho. A forma como a mãe lidará com a criança determina a posição dessa criança futuramente. (DAMETTO, 2013, p. 53).

A relação da mãe com a maternidade é posta em cheque quando pensamos em filicídio. A mãe, primeiramente, é uma mulher que existe antes de seu filho, então, para a autora, é natural que ela se sinta “incomodada” pela criança em determinadas situações. A autora ainda cita Winnicott quando fala que “o primeiro sentimento que uma mãe normal experimenta ao ter um filho é o ódio”. Mas por que esse ódio? Primeiramente por ter seu corpo “deformado” e, após por “perder um pedaço de si mesma” - o bebê. Passa pelo parto que pode ser doloroso, e depois o puerpério. Porém, é esperado que mãe e bebê “estabeleçam uma relação afetiva desde o primeiro minuto de convivência”. (DAMETTO, 2013, p. 54-55). Além disso, a função materna - e paterna - é aprendida através da cultura e determinações sociais, e podem despertar os mais diversos sentimentos contraditórios para a mulher e para o casal. (COELHO; PRUDENTE, 2019, p. 51).

Agora que temos exposto o que é o filicídio, podemos partir para as formas de filicídio, normal e patológica. Para a autora, a forma “normal” é pensar em um aborto logo na descoberta da gravidez não planejada, por exemplo. Já a forma “anormal” se dá quando os pais desejavam a gravidez, mas se amedrontam com o fato concreto, partindo assim para o aborto. Os pais “normais” podem desejar um aborto espontâneo, porém se sentem culpados e tentam reparar esse sentimento através do cuidado e educação do bebê. Já os pais que deixam os filhos fazerem o que bem entendem, sem limites, praticam o filicídio patológico, pois o não cuidado impede o bebê de se desenvolver normalmente. (DAMETTO, 2013, p. 56-57). De acordo com Antoniazzi (2017, p. 26), vemos duas direções que se complementam apesar de serem distintas entre si: “o desejo filicida dos pais que tomam o filho como uma ameaça de morte (...), e o dos pais que colocam sua promessa de imortalidade nos filhos e os sentenciam a cumprir um roteiro em que a alteridade é assassinada”.

Nesses dois pontos, a autora cita que a “demanda narcísica dos pais (...) coloca o filho no lugar de objeto, impossibilitando-o de ter uma vida de desejo”.

Ao longo da nossa história enquanto humanidade, o filicídio sempre se mostrou como uma constante. Na Roma Antiga, por exemplo, “logo depois do nascimento do bebê, o pai decidia se ele devia viver”. Na Idade Média, os reis sacrificavam seus filhos, os enviando para lutas e guerras, para obtenção de lucros. Já na atualidade, ainda é nítido o filicídio patológico através dos Chefes de Estado ao determinarem guerras contra outro país onde, seus próprios filhos, terão de lutar, o fazendo com orgulho. A autora faz aqui um paralelo entre o protagonismo pai-filho com o “comportamento das hordas selvagens” de Totem e Tabu. (DAMETTO, 2013, p. 97-99).

7 CONCLUSÃO

Pudemos compreender como o conceito de maternidade foi mudando de acordo com as fases em que a sociedade se encontrava. Analisamos o início da função materna como a conhecemos atualmente e como os ideais de feminilidade influenciaram na constituição da “nova mãe”.

Se pressupõem que a mulher quer - e deve - ser mãe, com a criação do conceito de instinto materno. Vimos, através dos casos apresentados, que não há um instinto materno ou um desejo puro e genuíno pela maternidade. Algumas mulheres terão filhos sem os desejar, ou terão filhos como forma de atingir um objetivo específico, dentre vários outros fatores. É importante percebermos a subjetividade da mulher e a sua relação com a ideia da maternidade.

Iniciamos a revisão bibliográfica com a intenção de analisar o filicídio como crime difícil de encarar como realidade, visto que temos a ideia da mãe como alguém que protege seus filhos acima de tudo. Considero importante entender as questões que implicam nesse ideal materno que temos hoje em dia, e acredito que esse ponto tenha sido suprido conforme a pesquisa teve andamento. Entendemos, então, que a mulher pode, ou não, ter a vontade de ser mãe e atuar como uma; assim como pudemos perceber que nem toda mãe é mãe nos conceitos que culturalmente temos sobre a maternidade.

Indo além, o filicídio, enquanto conceito, se mostrou “natural” e “normal” nos termos de pensamento e sentimento, porém, quando uma ação é tomada, entramos no âmbito criminal. As mães podem pensar no filicídio como uma forma de vazão ao sentimento de aprisionamento da maternidade, ainda mais se considerarmos os ideais maternos onde a mulher tem que dar conta de tudo sobre a criança. Se torna preocupante, entretanto, se o pensamento é frequente a ponto de tornar-se um ato.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, S. **Pai, não vê? O filicídio na teoria psicanalítica**. 2017. Tese de Mestrado - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001022451&loc=2022&l=6fa2c72794818cca>. Acesso em: 20 set. 2022.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

BORGES, M. L. S. F. **Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade**. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17265>. Acesso em: 10 de set. 2022.

BRAGA, D. de A. R. **A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico**. Revista Angelus Novus, [S. l.], n. 10, p. 15-40, 2016. DOI: 10.11606/ran.v0i10.123935. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123935>. Acesso em: 10 set. 2022.

CÁRDENAS, V. **Dickens e a era Vitoriana: ascensão da indústria, declínio do homem**. 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/429>. Acesso em: 11 de set. 2022.

CARMO, K. S. N. do; ISCHIARA, J. C.; CARNEIRO, S. N. V. **A subjetividade feminina na atualidade: um levantamento de como a mulher se percebe diante dos papéis assumidos por ela**. 2011. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0249.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2022.

COELHO, L. B.; PRUDENTE, R. C. A. C. **Função materna e função paterna uma vivência contraditória: psicanálise e cultura**. Cadernos de Psicologia, CESJF, v.1, n.1, p. 50-75), junho de 2019. Disponível em: <http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/1976>. Acesso em: 20 set. 2022.

EURÍPIDES. **Medeia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

FARIA, L. L. DE. **A invenção do Natal**. Gaudium Sciendi, n. 5, p. 91-103, 1 dez. 2013.

FLORIANO, L. V. **Padrão estético inglês no auge da era vitoriana e sua presença nas revistas cariocas do século XIX**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16214>. Acesso em: 10 de set. 2022.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna.** Tese de Doutorado - Curso de Psicologia, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07052013-102844/en.php>. Acesso em: 20 set. 2022.

NUNES, S. A. **De menina a mulher, impasses da feminilidade na cultura contemporânea.** Revista Filosofia Capital. Vol. 3. Edição 6. 2008.

SANTANA, L. W. A.; SENKO, E. C. **Perspectivas da era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX.** Revista Diálogos Mediterrânicos, [S. l.], n. 10, p. 189–215, 2016. DOI: 10.24858/209. Disponível em: <https://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/209> Acesso em: 11 set. 2022.

TELFER, T. Mary Ann Cotton: Mulher Maldita. *In: Lady Killers: Assassinas em série.* 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Darkside Books, 2019.